

PÓS-COLONIALISMO E O DESAFIO DAS FRONTEIRAS MIDIÁTICAS

As intervenções de Mia Couto, diálogos verbais e escritos

POST-COLONIALISM AND THE CHALLENGE OF MEDIA BOUNDARIES

Mia Couto's interventions, verbal and written dialogues

Vera Lucia Harabagi Hanna *

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, SÃO PAULO

verahanna@uol.com.br

Resumo:

Os estudos pós-colonialistas, emergentes da crítica literária e dos estudos culturais advindos do contexto anglo-saxão, vêm reunindo obras ficcionais, fílmicas, televisivas e na web que, ao se tornarem objeto de estudo da sociologia da comunicação contribuem para uma nova feição da organização da historiografia como narrativa para pesquisas de ex-colônias europeias. Valendo-se de um repertório teórico sobre pós-colonialismo, examina-se, dentre os autores 'des-colonizados', o moçambicano Mia Couto. O *corpus*, constituído por orações de sapiência, intervenções, entrevistas, à parte de seus textos ficcionais, representa a realidade, assume-se como um

* Professora Doutora na Área de Historiografia Lingüística do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas do Centro de Comunicação e Letras da UPM. Pesquisadora convidada do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Lingüísticas "Sedes Sapientiae" – da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Pesquisadora do GT Historiografia da Lingüística Brasileira da ANPOLL. Pesquisadora líder no CNPq no âmbito dos Estudos Culturais, no Ensino Língua Estrangeira; participa de outros grupos do CNPq em Interculturalismo e Identidade Lusófona. Líder do Projeto Social da Área Educacional, do Instituto Presbiteriano Mackenzie, Responsabilidade Social e Filantropia, Ensinando Língua Estrangeira como Prática Social: Língua e Cultura. Dedicou-se, também, à área dos Estudos Americanos e foi presidente da ABEA (Associação Brasileira de Estudos Americanos) no período de 2005-2007. Parecerista *ad hoc* de revistas científicas especializadas. Sua produção destaca a publicação de artigos em anais, revistas nacionais e internacionais, assim como capítulos em livros focalizando a relação entre língua e cultura sob a perspectiva de conceitos teóricos vinculados aos Estudos Culturais, tais como a hibridização cultural, o cruzamento de fronteiras, a tradução cultural e as questões identitárias a partir da reflexão em textos de múltiplas linguagens.

marcador histórico-cultural em registros díspares. Evidencia-se a estreita relação existente entre as discussões especulativas e metódicas em busca de teorias (ou de críticas) e o testemunho do renomado escritor africano de língua portuguesa em apreciações contundentes sobre noções de pós-colonialismo, lusofonia, hibridismos, mestiçagens, tradições, história e verdades, memória, tríade temporal.

Palavras-chave: Estudos pós-colonialistas; Estudos Culturais; Mia Couto; ‘interinvenções’

Abstract:

Emerging from literary criticism, post-colonial studies and cultural studies originated from the Anglo-Saxon context have been gathering fictional filmic, television and works that by becoming a study object of the Communication Sociology, contribute to a new feature of History’s organization’s as a narrative to former European colonies. Drawing on a theoretical repertoire of post-colonialism, the Mozambican Mia Couto is examined, among the ‘de-colonized’ authors. The corpus, consisting of prayers of wisdom, speeches, interviews, apart from its fictional texts, represents reality and is assumed as a cultural-historical marker in diverse records. What is highlighted here is the close relationship between speculative and methodical discussions in search of theories (or criticism) and the testimony of the renowned African writer in Portuguese language in blunt assessments of post-colonialism notions of Lusophony, hybridism, miscegenation, traditions, history and truth, memory, temporal triad.

Keywords: Post-colonial Studies; Cultural Studies; Mia Couto; ‘interinvenções’



Certa vez, alguém perguntou a Ben Harper, um famoso músico americano: – Ouvimos dizer que você tem agora um novo baterista na sua banda. Diga uma coisa: ele é negro? E Harper respondeu:

– Não sei, nunca lhe perguntei.

(Mia Couto)

Considerações iniciais

Discussões especulativas e metódicas em busca de referenciais teóricos justapõem-se ao testemunho do renomado escritor africano de língua portuguesa Mia Couto, em apreciações incisivas sobre noções de pós-

-colonialismo, hibridismos, mestiçagens, tradições, tríade temporal, H(h)istória e verdades, memória, tornando-se objeto de investigação do presente estudo. Considere-se, primeiramente, que a história, no discurso pós-colonialista, remete a uma existência legitimada e se constitui como objeto crucial para seus escritores. Questionamentos sobre verdade e criação imaginária e sobre tempo e espaço, assumem papéis essenciais nesse contexto e serão dessa maneira aqui apreciados.

A narratividade histórica que esses elementos compreendem, estrutura as formas da realidade, mas não possui o objetivo de contestar a mensagem da história. Deste modo, vale destacar as palavras de Aschcroft, Griffiths e Tiffin (1995: 356-357) sobre as sérias dificuldades que sociedades pós-coloniais enfrentam em relação à História, justamente pelo motivo de que “[...] não obtiveram grande sucesso ao acesso da própria instituição ‘História’, com suas poderosas regras de inclusão e exclusão”. Para que melhor se apreenda a proposta de se encetar um novo começo para a história pós-colonial, o autor recomenda o conceito de lugar como um palimpsesto – algo escrito, reescrito, superescrito – e dá a medida da importância do significado de, em vez de se retomar histórias atávicas ou nativistas, conceber uma história que deliberadamente tornasse visíveis estratégias e práticas dentro da estrutura da forma narrativa.

Segundo, partindo-se do pressuposto de que qualquer indivíduo só pode se relacionar ou conhecer o mundo ao seu redor através de alguma forma de mediação, entende-se que tais formas não terão sentido antes de serem capturadas pela cultura. Assim, a asserção de Lawrence Grossberg (1997: 259) – “um texto não possui significado, não há limites para o que ele possa denotar. Talvez signifique qualquer coisa que um leitor quiser que ele signifique” – adequa-se ao entendimento de que o desenvolvimento do indivíduo, em relação à construção cultural, deve-se ao significado que empreende ao contexto.

É preciso que se observe que no conceito de subjetividade (o de ser um sujeito), não está implícita a ideia de previsibilidade ou de constância; a capacidade receptiva, a mutabilidade e o dinamismo fazem parte da construção da identidade, do mesmo jeito que acontece a construção do texto. Para uma boa percepção do que será exposto nesta análise, ressalta-se que Carolyn Steedman (1999: 48), ao tratar os textos como documentos culturais, afirma que textos e documentos são eles mesmos

fatos históricos, não apenas repositórios de fatos; usados como representantes de uma realidade histórica ‘real’, são também, instáveis. A história deve ser reconhecida como “a mais impermanente das formas escritas”, explica a pesquisadora, pois será “sempre uma história que durará apenas por um período curto de tempo”.

Junte-se à inquietação que causam os contrapostos História e criação imaginária, a questão do tempo e do espaço – constituintes essenciais nessa discussão. O axioma, a sociedade e os indivíduos constituem-se de tempo, guia essa apresentada à reflexão de Homi Bhabha, em *O Local da Cultura* (2005: 27), sobre o trabalho fronteiriço da cultura que “exige um encontro com ‘o novo’ que não seja parte do continuum de passado e presente”. O passado, sob sua perspectiva, deve ser retomado como causa social. Uma vez renovado, inova e interrompe a atuação do presente. Merecem atenção suas anotações no que diz respeito a habitar um espaço intermédio, ser parte de um tempo revisionário, retornar ao presente para redescrever a contemporaneidade cultural:

O imaginário da distância espacial – viver de algum modo além da fronteira de nossos tempos – dá relevo a diferenças sociais, temporais, que interrompem nossa noção conspiratória da contemporaneidade cultural. O presente não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por suas descontinuidades, suas desigualdades, suas minorias. (Bhabha, 2005:23)

Ashcroft (1995: 298) introduz o assunto da complexa relação da língua em sua função como meio de comunicação de poder declarando que “O texto escrito constitui uma situação social”. Ele expõe a etnografia constitutiva dos sistemas de escrita e tenta responder questões do texto escrito como situações sociais, examinando os objetivos da escritura como um processo de cumprimento social entre os participantes. O texto “tem sua existência em algo mais do que simples marcas numa página, nomeadamente nas participações de seres sociais a que chamamos de escritores e leitores” (*id.*). Complementando a ideia de significado do texto, de Grosberg, observe-se a explanação de Ashcroft sobre o significado ser um fato social que existe dentro do discurso da cultura, “e fatos sociais, assim

como estruturas sociais, são realizações sociais; [...] o significado é uma realização social caracterizada pela participação do escritor e do leitor dentro de um ‘evento’ de um discurso particular” (*ib.*). A comunicação entre seres humanos é a base e o processo para a evolução da cultura; a língua, como cultura, é uma reserva de memória coletiva das experiências de determinado povo na história, carrega a cultura, que veicula um complexo corpo de valores pelos quais nos percebem e, igualmente, percebemos nosso lugar no mundo (Hanna et al., 2010: 167).

Considerações como as dos estudiosos citados acima, e de outros com quem se dialogará no decorrer desse estudo, como as de Ashcroft, Griffiths, Tiffin, especialistas em Estudos Pós-Colonialistas; Steedman, Barbosa, Nora, Le Goff, Hobsbawm, historiadores; Grossberg, Bhabha, Hall, teóricos dos Estudos Culturais; e Freyre, sociólogo, norteiam o exame que aqui se pretende realizar – a aceitabilidade da relação entre discussões metódicas e os escritos de opinião de Mia Couto.

Busca-se junto aos depoimentos do escritor, a memória coletiva. Acredita-se que esse exercício possa contribuir para um entendimento mais abrangente do sentido do processo de descolonização e das relações problemáticas em tempos de transição, percebidas no hibridismo, na ambivalência, no mimetismo. Provoações de Couto sobre o tema, como se lê a seguir, podem ser um começo:

Afinal, tinha ainda passado pouco tempo da descolonização. E aqui é preciso adequar o sujeito ao verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós todos éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Tinha, enfim, passado pouco tempo sobre essa ruptura. Era natural que se perguntasse: quem é o padrão desta ideia [lusofonia]? Obviamente, os países africanos não se podem reclamar da lusofonia de igual maneira que os portugueses e os brasileiros. (Couto, 2009: 191-192)

Interinvenções e artigos de opinião

Longe dos cânones da academia, o formato de relato das ‘interinvenções’ sugere uma prática da teoria a partir de observações e experiências vividas. Longe da ficção, trata-se de uma coletânea de artigos de opinião que

fazem emergir no escritor Mia Couto o jornalista que foi durante alguns anos no início da carreira. No novo suporte, passam da intervenção oral para um registro escrito – os livros *Pensatempos* (2005) e *E se Obama fosse Africano?* (2009) –, e favorecem um campo de observação em que a visão polissêmica e a abordagem crítica se sobressaem. Os textos, tais como híbridos de jornalismo e literatura, tais como crônicas, fazem uma ponte entre a realidade percebida e a história construída, suplantam o caráter transitório de uma intervenção oral e oferecem-se como objeto original crítico, de uma realidade vivida pelo narrador, como a que segue:

Durante anos, dei aulas em diferentes faculdades da Universidade Eduardo Mondlane. Os meus colegas professores queixavam-se da progressiva falta de preparação dos estudantes. Eu notava algo que, para mim, era ainda mais grave: uma cada vez maior distanciação desses jovens em relação ao seu próprio país. (Couto, 2005: 9)

Um dos escritores mais citados nos estudos pós-colonialistas das literaturas de expressão portuguesa, Couto criou o neologismo '*interinvenções*' para designar seus textos não-ficcionais que, vistos como verdadeiros chamamentos, poderão ser entendidos como uma prática de reconstituição e elucidação de situações do cotidiano direcionados a um auditório. Quer dirigidos a leitores, quer dirigidos a internautas, em novo suporte textual, as compilações tornam-se mundializadas (Hanna e Brito, 2012). As convocações parecem tornar-se legitimadas, uma vez que são responsabilizadas pelo narrador em primeira pessoa, e, frequentemente, se iniciam por reportar a própria história, por expor dúvidas, arriscar justificativas:

Sou escritor e cientista. Vejo as duas atividades, a escrita e a ciência, como sendo vizinhas e complementares. A ciência vive da inquietação, do desejo de conhecer para além dos limites. A escrita é uma falsa quietude, a capacidade de sentir sem limites. Ambas resultam da recusa das fronteiras, ambas são um passo sonhado para lá do horizonte. A Biologia para mim não é apenas uma disciplina científica mas uma história de encantar, a história da mais antiga epopeia que é a Vida. É isso que eu peço à Ciência: que me faça apaixonar. É o mesmo que eu peço à literatura. (Couto, 2005: 45)

Sem nenhum compromisso aparente com sequências lógicas ou cronológicas, cada ‘capítulo’, em cada um dos livros, dá forma e é formado pelos outros. Interconectam-se e interagem uns com os outros numa relação sinérgica em que o todo é muito mais do que a soma das partes. O formato em que se apresentam as opiniões nas publicações deixa à mostra o papel de testemunha do escritor, de observante social de seu tempo, no sentido de capturar o grande momento da transformação social do país, geram uma experiência de ampliação na capacidade de apreender Moçambique e a África.

Não se pretende aqui qualificar esses textos em quaisquer gêneros literários; no entanto, é preciso destacar traços característicos do jornalismo literário notados em suas interinvenções que muito enriquecem a narrativa, como por exemplo, a imersão na realidade, o cuidado em divulgar dados e informações, a voz autoral, o uso de metáforas, de digressões. Nesse sentido, vale ressaltar o modo semelhante como teóricos, historiadores, jornalistas, escritores tratam a memória num processo transnacional. Passado e presente serão sempre interpretados de maneira particular. Jornalistas e escritores, ou jornalistas-escretores, não rivalizam com historiadores e sociólogos ao transcrever, representar, produzir e, muitas vezes, criar o fato; tornam-se, antes, ‘mediadores da história’. Assim como sucede com o historiador, a forma pessoal em articular as dimensões temporais faz com que passado e presente sejam unidos de maneira original: o lugar, o presente e o sujeito determinam como a história será (re)escrita, “cada presente desvenda uma visão parcial e uma articulação original do passado e do futuro” (Hanna e Bastos, 2012: 25).

A questão da memória em relação à História é objeto de preocupação em grande parte dos textos de Couto, como se observa em excertos retirados de cada um dos livros, nos quais ressalta a dificuldade de os africanos pensarem em si próprios como sujeitos da história:

[...] fomos empobrecidos pela História. Mas nós fizemos parte dessa História, fomos também empobrecidos por nós próprios. A razão dos nossos actuais e futuros fracassos mora também dentro de nós. Mas a força de superarmos a nossa condição histórica também reside dentro de nós. Saberemos como já soubemos antes, conquistar certezas que somos produtores do nosso destino. Teremos mais e mais orgulho sem sermos quem somos: moçambicanos construtores de um tempo e de um lugar onde nascemos todos os dias. (2009: 49-50)

[...] Este é um momento de abismo e desesperanças. Mas pode ser, ao mesmo tempo, um momento de crescimento. Confrontados com nossas mais fundas fragilidades, cabe-nos criar um novo olhar, inventar outras falas, ensaiar outras escritas. Vamos ficando, cada vez mais, a sós com a nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História. (2008: 22)

Ao se partir do agora para reportar o passado há uma seleção factual dos eventos narrados e interpretados. Completa essa noção a explanação de Marialva Barbosa (2004: 9) que adverte que, “sendo memória a reconstrução do passado, esta depende das escolhas, esquecimentos, deformações que existem na memória do grupo”. A reconstrução impetrada a partir do presente justifica a experiência de alterações.

Sobre esse argumento, Pierre Nora (1993: 9) pondera não ser possível serem usadas memória e história como sinônimos. A memória, segundo ele, está em constante evolução, já que se mantém aberta “à dialética da lembrança e do esquecimento” e está sempre sujeita a usos, manipulações e releituras imprevistas; enquanto a história apresenta uma vocação para o universal, se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.

Justapõem-se as exposições supracitadas às de Couto sobre jornalismo e história, em que este se coloca como ator principal, em intervenção no

Seminário Tambor, em Pemba, de 2004: “Nos anos 80 eu era jornalista.” Justifica que ambas as ocupações, e as experiências vividas com outros da profissão, fizeram-no ponderar sobre a relação com a História, com a verdade:

Podemos perguntar: quando é que este jornalista [um seu colega] se identificou com a verdade? Provavelmente, sempre o fez. O que aconteceu foi que a sua identidade foi sendo desenhada e redesenhada pela própria vida. Aquele homem não deixou nunca de ser atacado pela História. (Couto, 2005: 85-86)

A temática da importância social do escritor que “luta por um mundo mais humano e democratizado” com a verdade dos fatos já estivera presente em “Que África escreve o escritor africano?”, intervenção na cerimônia de atribuição do Prêmio Internacional dos 12 Melhores Romances de África, na Cidade do Cabo, em 2002:

Qual é a responsabilidade do escritor para com a democracia e com os direitos humanos? É toda. Porque o compromisso maior do escritor é com a verdade e com a liberdade. Para combater pela verdade o escritor usa uma inverdade: a literatura. Mas é uma mentira que não mente. O escritor, porém, tem outros compromissos. Uma das obrigações do escritor africano é estar disponível para, em certas circunstâncias, deixar de ser escritor e não se pensar “africano”. (Couto, 2005: 59)

Couto não se arvora o direito de formador de opinião, no entanto, como agente provocador, oferece oportunidade aos leitores para apreenderem a condição de protagonistas, se pertencerem àquela realidade, e de espectadores seduzidos, se estiverem fora dela. De todo modo, além da linearidade da informação, seus textos, tanto quanto os discursos históricos, revelam incertezas e contradições, proporcionam reflexão e se aproximam dos registros de historiadores, sociólogos, jornalistas, realizando o papel de moldar as representações coletivas. Observe-se ainda, do discurso acima, sua inquietação em definir o escritor como alguém que carrega muitos compromissos e diferentes identidades:

Explico-me: o escritor é um ser que deve estar aberto a viajar por outras experiências, outras culturas, outras vidas. Deve estar disponível para se negar a si mesmo. Porque só assim ele viaja entre identidades. E é isso o que um escritor é – um viajante de identidades, um contrabandista de almas. Não há escritor que não partilhe dessa condição: uma criatura de fronteira, alguém que vive junto à janela, essa janela que se abre para os territórios da interioridade. (*id.*:59)

Se houvesse indagações a respeito do objetivo de tais escritos, seria possível lhe conferir pelo menos dois atributos: questionam a realidade social e assinalam habilidade literária particular. Iluminados por essa perspectiva poderão ser observados como relatos sociais, tratam de representação e percepção do cotidiano, do lugar comum das experiências vividas. O entrecruzamento do social e do cultural em seus textos, preliminarmente orais, revela a preocupação com a realidade nacional, os paradoxos político-sociais, as incertezas dos cidadãos moçambicanos quanto à identidade, quanto à língua em que se comunicam, quanto à história que contam.

Os colóquios de Mia Couto podem ser estudados entre a literatura e a crítica e observados como um diálogo, uma negociação, entre textos literários e socioculturais. Conjetura-se, em sua leitura, as implicações e as possíveis funções da ideia de África, em que se podem isolar algumas questões teórico-práticas. A percepção de Homi Bhabha de como se formam os sujeitos nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença e de como as narrativas de subjetividade se focalizam em processos produzidos na articulação das diferenças culturais deve ser assinalada:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (2005: 20)

Questões como localidade, língua e identidade podem ser percebidas no dia a dia de uma só pessoa por meio das práticas do cotidiano em

narrativas – ao textualizar o cotidiano, subentende-se a noção de que as ações diárias não encerram uma história única, mas existem em múltiplas histórias. Couto medita sobre a noção de práticas individuais e coletivas em entrevista que sucedeu sua participação no evento *Fronteiras do Pensamento*, em 2012, em Porto Alegre, sobre como busca inspiração para seus personagens:

O que me inspira é a vida enquanto produtora de personagens, de desencontros, sobretudo eu escrevo a partir de personagens e esses personagens eu copio no meu cotidiano, na rua, são situações que eu vivo e são esses personagens que depois me ditam histórias. É como se o mais importante não é encontrar pessoas, mas encontrar essas histórias, sendo que essas histórias quem constrói são as pessoas. A vida é assim, não é só a literatura. (Couto, 2012)

A compreensão de que a identidade cultural não é fixa, mas constantemente híbrida, uma vez que “se origina de formações históricas e repertórios culturais de enunciação muito específicos, e que podem constituir um ‘posicionamento’ que chamamos, temporariamente, de identidade” (Hall, 2005: 502), parece ser também preocupação de Couto quando discursa sobre a identidade e a identidade nacional referentes aos jovens moçambicanos.

No texto “A fronteira da cultura”, apresentado na Associação Moçambicana de Economistas (AMECON), em Maputo, em 2003, debruça-se sobre o tema da africanidade ainda não alcançada, ou, como ele prefere defini-la, “uma africanidade mal-entendida”. Inicia a preleção comentando sobre a distanciação dos jovens estudantes moçambicanos em relação ao seu próprio país:

Mas eles não se reconheciam como herdeiros desse patrimônio [as zonas rurais em que viveram seus antepassados]. O país deles era outro. Pior ainda: eles não gostavam desta outra nação. E ainda mais grave: sentiam vergonha de a ela estarem ligados. A verdade é simples: esses jovens estão mais à vontade dentro de um videoclipe de Michael Jackson do que no quintal de um camponês moçambicano. O que se passa, e isso parece inevitável, é que estamos criando cidadanias diversas dentro de Moçambique. (Couto, 2005: 9)

Couto lembra que uma das maiores riquezas do povo moçambicano nasce da “habilidade em trocarmos cultura e produzirmos mestiçagens. Nasce da capacidade de sermos nós, sendo outros” (ibid.: 10), mas duvida que houvesse um diálogo entre diferentes segmentos daquela sociedade naquele momento e impacienta os ouvintes instigando-os a ajuizarem sobre seus “próprios fantasmas”. Naquele dia ele aludia ao tempo, como se a lembrar o truísmo expressado por Le Goff (1996: 203), “apreender a distinção e a relação entre passado e presente é fundamental” – o presente não pode ser confinado a um instante, a um ponto; definir a estrutura do presente é um problema essencial da operação histórica.

Objeto recorrente em inúmeras alocações, repete o ponto de vista de que um dos caminhos para que se alcance uma legitimidade africana estaria no reconhecimento de “nossa própria responsabilidade histórica de criar uma outra História” (2005: 22), e, para tanto, recomenda que é necessário questionar as três dimensões do tempo e evitar “um modo maniqueísta e simplificador com que se redigiu o chamado ‘tempo que passou’” o que, segundo ele, faz persistir a ideia da culpa na interferência exterior:

O tempo trabalhou a nossa alma coletiva por via de três materiais: o passado, o presente e o futuro. Nenhum desses materiais parece estar feito para uso imediato. O passado foi mal embalado e chega-nos deformado, carregado de mitos e preconceitos. O presente vem vestido de roupa emprestada. E o futuro foi encomendado por interesses que nos são alheios. (*id.*:10)

A compreensão da constante e dinâmica interpenetração da tríade temporal e a ideia de que se crie um eterno presente, absoluto e relativo, imutável e fluido ao mesmo tempo, remete ao conceito de “tempo tríbico”, de Gilberto Freyre, em que os três tempos são encarados como tempos sociais. O sociólogo chama de “profecia” a tendência humana para fazer prognósticos, enfatizando que, a essa disposição de espírito, incide o “retrospecto ou a evocação” em busca do tempo perdido, sem que se desprenda da observação da realidade imediata (Hanna, 2009; Hanna & Bastos, 2012). Na citação abaixo, a ideia de tempo tríbico está elucidada:

[..] no sentido de ligar-se mais sistematicamente o tempo futuro ao já vivido e ao vivente, estes como tempos futuros seriam, não improvisos absolutos no

vácuo, porém projeções de tempos já vividos e de tempos viventes. O tempo geral seria, assim, sempre tríplice; sempre plural; sempre composto e complexo; sempre síntese de três vidas coletivas. Nunca singular nem simples. (2001:24)

Questões relativas à história, ao tempo, à africanidade estão diretamente associadas à procura de uma identidade nacional que Couto reitera em infinitas oportunidades. Seus chamamentos reproduzem o aforismo de que as culturas não são entidades estáticas; qualquer cultura nacional se constitui de diferentes grupos sociais. A identidade nacional tem de ser construída através de uma narrativa de nação em que histórias, imagens, símbolos e rituais representam significados compartilhados de nacionalidade (Brito e Martins, 2004). A identidade nacional envolve identificação e representações de experiências partilhadas e da história contada também pelas narrativas, pela literatura, pela cultura popular, pela mídia (Barker, 2004: 132). No fragmento extraído de *Encontros e desencontros – Guimarães Rosa*, intervenção na Universidade de Minas Gerais, BH, em 2007, ele assim o demonstra:

O meu país tem países dentro, profundamente divididos entre universos culturais e sociais variados. Eu mesmo sou a prova desse cruzar de mundo e de tempos. Sou moçambicano, filho de portugueses, vivi o sistema colonial, combati pela independência, vivi mudanças radicais do socialismo ao capitalismo, da revolução à guerra civil. Nasci num tempo de charneira, entre um mundo que nascia e outro que morria. Entre uma pátria que nunca houve e outra que ainda está nascendo. Essa condição de um ser de fronteira marcou-me para sempre. As duas partes de mim exigiam um médium, um tradutor. A poesia veio em meu socorro para criar essa ponte entre dois mundos aparentemente distantes. (2009: 123)

As narrativas de nacionalidade enfatizam as tradições e a continuidade da nação como se fizessem parte da natureza das coisas contíguas a um mito fundador de origem coletiva. As identidades nacionais estão intricadamente conectadas e constituídas pelas variadas formas de comunicação (Barker, 2004: 132). Naquela mesma alocução, Couto continua a revelar seus anseios e dificuldades para partilhar histórias que não poderiam jamais lhe pertencer por inteiro, “Porque eu estava já carregado de Europa, minha

alma já bebera de um pensamento. E os meus mortos residiam num outro chão, longínquo e inacessível” (2009: 124).

Isso dito, torna-se oportuno refletir sobre as tradições inventadas a que se refere Hobsbawn, em *Inventing Traditions* (2000:1). O historiador entende por ‘tradição inventada’, as verdadeiramente ‘criadas’, construídas e formalmente instituídas, assim como aquelas mais difíceis de serem investigadas, que surgem num período limitado de tempo, às vezes coisas de poucos anos, mas que se estabelecem com enorme rapidez. Delas faz parte um conjunto de regras e rituais que procura imprimir certos valores e normas de comportamento que, por meio de repetição, conseguem uma continuidade com relação ao passado, “onde factível, tentam estabelecer a continuidade associada a um passado histórico compatível” (*ibid.*).

Ao pôr em questão as três dimensões do tempo, Couto pondera que o passado chega aos moçambicanos “deformado” e “o presente desagua em nossas vidas de forma incompleta” (2005: 14). Assim como Hobsbawn, ele contesta a forma de Moçambique se assentar em “chavões que à força de serem repetidos, acabaram por não produzir sentido” (2005: 15). Alguns cidadãos partem em corrida nervosa, diz ele, à procura daquilo que chamam identidade, “daquilo que é nosso”, e por essa razão indaga, “o que é verdadeiramente nosso?”. Exemplifica de maneira magistral as ambiguidades que essa busca envolve:

[...] uns acreditam que a capulana é um vestuário originário, tipicamente moçambicano. Fiz por diversas vezes esta pergunta a estudantes universitários: que frutos são os nossos por oposição ao morango, ao pêsego, à maçã? As respostas, outra vez, são curiosas. As pessoas acreditam que são originariamente africanos: o caju, a manga, a goiaba, a papaia. E por aí fora. Ora nenhum desses frutos é nosso, no sentido de ser natural do continente. Outras vezes, sugere-se que a nossa afirmação se faça na base de vegetais usados na nossa culinária. O emblema do tipicamente nacional passa agora para o coco, a mandioca, a batata-doce, o amendoim. Tudo produtos que foram introduzidos em Moçambique e em África. Mas aqui se coloca a questão: essas coisas acabam sendo nossas porque, para além da sua origem, lhes demos a volta e as refabricamos à nossa maneira. A capulana pode ter origem exterior mas é moçambicana pelo modo como a amarramos. E pelo modo como esse pano passou a falar conosco. O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana

que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira. (2005:15)

O escritor avalia que os conceitos deveriam ser vistos como ferramentas vitais na procura da moçambicanidade; no entanto, insiste que os chavões repetidos não produzem sentido e admite ter dúvidas da operacionalidade de acepções como “o poder tradicional” e de que maneira poderiam produzir mudanças verdadeiras. Encontram-se as ideias de Couto e Hobsbawn quando o último garante que só se inventam tradições quando a forma legítima e verdadeira se encontra em processo de declínio, ou ainda quando “as tradições inventadas são altamente relevantes no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’ e seus respectivos fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado-nação, os símbolos nacionais, a história, [novidades históricas implicam em inovação]” (2000:17).

Considerações finais

Retomando a última citação de Couto “O coco é indonésio, a mandioca é mais latino-americana que a Jennifer Lopez, mas o prato que preparamos é nosso porque o fomos caldeando à nossa maneira” (2005:15), é possível interpretar a escolha do verbo *caldear* num texto em que se fala de “O que somos – um espelho à procura da sua imagem”, como algo não aleatório, já que definido como ‘ligar por miscigenação, hibridação ou integração’ (Houaiss, 2002). Dialogam as duas *interinvenções* em debates teóricos e práticos, em nomenclaturas comuns aos estudos pós-colonialistas. “O nosso continente é o resultado de diversidades e mestiçagens” (2005:60), argumenta, durante discussão em torno da visão restrita e restritiva do significado de autenticidade, e da oposição entre o tradicional e o moderno, uma “falsa contradição”:

Alguns vão garimpando no passado, outros tentam localizar o autenticamente africano na tradição rural. Como se a modernidade que os africanos estão inventando nas zonas urbanas não fosse ela própria igualmente africana. Essa visão restrita e restritiva do que é genuíno é, possivelmente, uma das principais causas para explicar a desconfiança com que é olhada a literatura produzida

em África. A literatura está do lado da modernidade. E nós perdemos “identidade” se atravessamos a fronteira do tradicional: é isso que dizem os preconceitos dos caçadores da virgindade étnica e racial. (*ibid.*)

É nesse contexto que se recorre às ponderações de Ashcroft, segundo o qual “Nem sempre é possível separar teoria e prática na literatura pós-colonial [...], escritores criativos têm oferecido os mais perceptivos e influenciadores relatos da condição pós-colonial” (2003:82). Em seu livro *The Empire Writes Back*, ele garante que a exegese de um texto literário pode ser um dos modos mais determinantes de se constituírem pontos teóricos e críticos. Esses tipos de análises, afirmam Hanna e Brito (2012: 330), “não têm a intenção de totalizar ‘interpretações’, mas de enfatizar leituras significativas que revelam as formações discursivas e as forças ideológicas que o texto abarca”.

O trabalho de ficcionistas, de ‘interinvencionistas’, junto ao de teóricos, pode exprimir uma influência transformadora positiva no sentido de modificar algumas noções do que significa pertencer a determinada cultura, assumir determinada identidade, aceitar falar determinada língua, admitir a coexistência de várias culturas, respeitar as diferenças. A existência fronteira entre literatura e história, com foco na língua e na cultura assume, nos estudos pós-colonialistas, uma importante força de transformação na própria aceção de ambos os termos. A leitura dos textos de Mia Couto assim o demonstram e se prestam, de modo exímio, a concluir este trabalho:

O escritor não é apenas aquele que escreve. É aquele que produz pensamento, aquele que é capaz de engravidar os outros de sentimento e de encantamento. Mais do que isso, o escritor desafia os fundamentos do próprio pensamento. Ele vai mais longe do que desafiar os limites do politicamente correcto. Ele subverte os próprios critérios que definem o que é correcto, ele questiona os limites da razão. Os escritores moçambicanos cumprem hoje um compromisso de ordem ética: pensar este Moçambique e sonhar um outro Moçambique. Correm o risco, como todos os criadores de todos os outros países, de serem devorados por essa mesma pátria que eles ajudaram a libertar. (Couto, 2005: 63)

Referências

- ASHCROFT, B.; Griffiths, G.; & Tiffin, H. (org.) (1995). *The Post-colonial Studies Reader*. London and New York: Routledge.
- ASHCROFT, B. (1995 [1989]). *Constitutive Graphonomy*. In B. Ashcroft; G. Griffiths; & H. Tiffin (org.), *The Post-colonial Studies Reader* (pp. 298-302). London: Routledge.
- BARBOSA, M. (2004). *Jornalistas, "senhores da memória"?* Trabalho apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. PUCRGS. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf> Acesso em 10/12/2012.
- BARKER, C. (2004). *The SAGE Dictionary of Cultural Studies*. London: SAGE Publications Ltd.
- BHABHA, H. K. (2005). *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- BRITO, R. & Martins, M. L. (2004). *Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português*. III Congresso da Sopcom, UBI, Covilhã. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/1005>. Acesso em: 5/03/2013.
- COUTO, M. (2012). *Do que são feitas as pessoas*. Porto Alegre, RS, Brasil: Fronteiras do Pensamento. Gravado em 11/11/2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=90GF6Y7H4os> Acesso em 29/05/2013.
- COUTO, M. (2009). *E se Obama fosse Africano? E outras interinvenções*. Alfragide: Editorial Caminho.
- COUTO, M. (2005). *Pensatempos, textos de opinião*. Alfragide: Editorial Caminho.
- FREYRE, G. (2001). *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- GROSSBERG, L. (1997). *Bringing it all Back Home. Essays on Cultural Studies*. Durham: Duke University Press.
- HALL, S. (2005). *Critical Dialogues in Cultural Studies*. Edited by David Morley and Kuan-Hsing Chen. New York: Routledge.
- HANNA, V.L.H. (2009). As you like it: Machado, o tempo trúbio, as crônicas, o anglicizado. *Revista Todas as Letras M*, volume 11, nº 1. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/1989/1427>. Acesso em 5/3/2013.
- HANNA, V. L.H. & Bastos, N. (2012). História do Presente e Historiografia Linguística: implicações. In N. Bastos & D. V. Palma, *História Entrelaçada 5: Estudos sobre a linguagem em materiais didáticos – Década de 1950* (pp. 17-34). São Paulo: EDUC.

- HANNA, V.L.H.; Bastos, N.; & Brito, R.P (2010). Políticas de língua e lusofonia: aspectos culturais e ideológicos. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2010*, Lusofonia e Sociedade em Rede (pp. 159-175). Coimbra: Grácio Editores.
- HANNA, V.L.H. & Brito, R. P. (2012). Sobre Descolonização e Lusofonia: reflexões. In N. Bastos, *Língua Portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários* (pp. 329-341). São Paulo: Educ.
- HOSBAWN, E. (2000). Introduction: Inventing Traditions. In E. Hosbawn & T Ranger (ed.), *The Invention of Tradition* (pp. 1-14). Cambridge: Cambridge University Press.
- HOUAISS, A. (2002). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- LE Goff, J. (1996). *História e memória*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- NORA, P. (1993). Entre Memória e Historia. A problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento*, 10 (pp. 7-28), São Paulo: Educ.